

BENTO XVI: LIBERDADE, TOLERÂNCIA E DIÁLOGO

BENTO XVI: FREEDOM, TOLERANCE AND DIALOGUE

Rogério de Paula e Silva¹

Resumo: Este artigo pretende demonstrar o entendimento geral de Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, a respeito de três temas, os quais estão intimamente relacionados à sua concepção de Verdade, que são: a liberdade, a tolerância e o diálogo, de acordo com seu comentário no site *Veritatis Esplendor* sobre o pensamento de S. Máximo, o Confessor, filósofo cristão do século VII. Para dar suporte ao conceito de tolerância de Ratzinger, o qual remete às noções de multiculturalismo e interculturalismo, este trabalho cita sucintamente o pensamento do iluminista Voltaire e dos filósofos contemporâneos Roberto R. Aramayo e Roger Scruton. A partir desses assuntos, é demonstrado o pensamento de Bento XVI a respeito do diálogo intercultural, fazendo consideráveis referências à obra do filósofo Bernardo Veiga (*É impossível o diálogo interreligioso? O pensamento de Bento XVI e a visão de Raimundo Lúlio sobre o diálogo interreligioso*), juntamente com as críticas de Ratzinger à ideia de relativismo e de liberdade total, oriundas das concepções iluministas do filósofo Jean-Jacques Rousseau.

Palavras-chave: Bento XVI. Tolerância. Multiculturalismo. Verdade. Relativismo. Liberdade.

Abstract: This article aims to demonstrate the general understanding of Joseph Ratzinger, Pope Benedict XVI, on three themes, which are closely related to his conception of Truth, which are: freedom, tolerance and dialogue, according to his comment on the website *Veritatis Esplendor* on the thought of S. Maximus, the Confessor, Christian philosopher of the seventh century. To support Ratzinger's concept of tolerance, which refers to the notions of multiculturalism and interculturalism, this work succinctly quotes the thinking of the illuminist Voltaire and contemporary philosophers Roberto R. Aramayo and Roger Scruton. Based on these issues, Benedict XVI's thinking about intercultural dialogue is demonstrated, making considerable references to the work of the philosopher Bernardo Veiga (*Is interreligious dialogue impossible? Benedict XVI's thinking and Ramon Llull's vision of interreligious dialogue*), together with Ratzinger's criticisms of the idea of relativism and total freedom, from the enlightenment conceptions of the philosopher Jean-Jacques Rousseau.

Keywords: Bento XVI. Tolerance. Multiculturalism. Truth. Relativism. Freedom.

Introdução

Em um mundo cada vez menor, mais globalizado, as diversas religiões e culturas se encontram. Descobre-se assim uma pluralidade de pensamentos, e isso possibilita que

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), área de Metafísica, Ciência e Linguagem. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de São Bento (SP). Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano. Especialista em Filosofia Patrística e Escolástica pela Faculdade de São Bento (SP). Email: rogiesu@gmail.com.

cada indivíduo possa ser livre para decidir de forma independente o que é bom e verdadeiro para si.

Nesse ambiente relativista, é natural que apareça uma rejeição ao pensamento metafísico que defende a soberania da razão natural em detrimento da razão subjetiva. Surge assim o problema da compatibilidade das culturas e da liberdade das religiões, e a fé cristã é essencialmente afetada por essa problemática, pois ela, por sua origem e por sua essência, manifestou a pretensão de conhecer e anunciar a Verdade, única e objetiva. Mas tal exigência, afirma Bento XVI², de uma pretensão absoluta, seria defensável atualmente? Como dialogar diante da indignação das sociedades modernas ocidentais e também das culturas não cristãs que consideram essa tese constituída de intolerância e arrogância religiosa que não deveria ter mais lugar no mundo moderno?

O papa emérito nos mostra que é perfeitamente possível o diálogo intercultural e interreligioso sem necessidade de renunciar às próprias convicções, e é o que ele procura fazer em seu comentário ao pensamento de S. Máximo, o confessor. Em sua análise, Ratzinger demonstra que é plausível não relativizar a verdade e ao mesmo tempo relacioná-la com a liberdade, a tolerância e o diálogo.

De acordo com Bento XVI, para que um diálogo seja possível, é preciso, em primeiro lugar, defender vigorosamente a liberdade de pensamento, respeitar e conhecer a outra cultura ou religião, e saber ouvir um discurso diferente. Em um segundo momento, ele recorre a uma tese de setecentos anos antes, do início do século XIV, do filósofo e teólogo Raimundo Lúlio, considerado como o patriarca do diálogo interreligioso, para sustentar a ideia da submissão de nosso discurso religioso a um rigoroso exame racional, colocando-se assim “entre parênteses a nossa fé”³.

1. Verdade

[...] Pensemos em valores hoje justamente defendidos como a tolerância, a liberdade, o diálogo. Mas uma tolerância que deixasse de saber distinguir o bem do mal seria caótica e autodestrutiva. Do mesmo modo, uma liberdade que não respeitasse a dos demais e não encontrasse a medida comum de nossas liberdades seria anárquica e destruiria a autoridade. O diálogo que não sabe sobre o que dialogar se converte em uma palavra vazia⁴.

² RATZINGER, 2007, p. 13.

³ Cf. VEIGA, 2008, pp. 9 e 10.

⁴ Comentário de Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, no site *Veritatis Splendor*, em 25 de junho de 2008, ao pensamento de S. Máximo, o Confessor, filósofo cristão do século VII.

O papa Bento XVI tinha ideias bem claras a respeito do significado dos três temas citados em seu comentário, que são: a *tolerância*, a *liberdade* e o *diálogo*. Para ele, todos esses assuntos estão relacionados ao conhecimento da verdade. E o que é a verdade para Joseph Ratzinger? A resposta se encontra em sua rejeição à ideia de relativismo, pois para Bento “o bem é um só, e a verdade não se contradiz”⁵.

De acordo com Bento XVI, a Verdade é o *Lógos*, a *ratio*, o sentido. Para o catolicismo, o *Lógos* é o conjunto dos conhecimentos sobre tudo o que é, inclusive sobre Deus. De forma mais estrita, o *Lógos* é a Ideia (Verbo) que Deus tem de si mesmo, e que é chamada a segunda pessoa da Santíssima Trindade (Jesus Cristo). Ele, o *Lógos*, inclui todas as verdades, pois todos os conhecimentos que não sejam diretamente essa Ideia de Deus devem estar necessariamente inseridos no Verbo, no *Lógos* divino. É o que afirma São Tomás⁶: “Ele próprio (Deus) é seu ser e sua intelecção. Não somente a verdade está nele, mas que Ele próprio é a suprema e primeira Verdade”:

No princípio era o Verbo [ou a Palavra, do grego *Lógos*] e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio junto de Deus (João 1, 1).

Se o *Lógos* inclui todas as verdades, todo o conhecimento e toda a ciência também estão inseridos nessa concepção. Assim, razão e fé devem se complementar e não podem ser contraditórias entre si. Quando Veiga⁷ analisa o pensamento de Bento XVI, ele afirma que toda a fé cristã precisa estar submetida ao *Lógos* como condição necessária para que não seja contraditória com a manifestação da revelação divina. Um dos principais papéis da Teologia é procurar mostrar que a revelação não se contradiz com a razão (a ciência, a filosofia).

Em se tratando do significado da forma mais estrita de *Lógos*, no âmbito da fé, é possível uma reflexão sobre a verdade nas religiões e no diálogo interreligioso. Obviamente, Para Bento XVI, a religião Católica Apostólica Romana é a verdadeira. Contudo, isso não significa afirmar que as outras denominações religiosas são falsas, mas sim, de acordo com a ideia mais específica de *Lógos* exposta anteriormente, Bento identifica no catolicismo a plenitude da revelação, ou seja, a religião mais completa. Sendo assim, o papa emérito não defende uma tese de exclusivismo na salvação. Na

⁵ RATZINGER, *apud* VEIGA, 2008, p. 74.

⁶ TOMÁS DE AQUINO, 2001, p. 366, *apud* VEIGA, 2008, p. 24.

⁷ 2008, p. 25.

verdade, segundo Veiga⁸, a visão de Bento XVI é inclusivista. Para ele, a salvação vem de Cristo, e a sua luz pode encontrar-se parcialmente em numerosas religiões (sejam cristãs ou não) como fragmentos de verdade⁹.

2. Diálogo interreligioso

Desse modo, como se daria um diálogo interreligioso entre grandes religiões que afirmam possuir a verdade plena? De acordo com Ratzinger, somente as crenças que se submeterem à *ratio* e forem vistas como *Lógos*, isto é, estarem inseridas na Verdade, podem participar do diálogo interreligioso, uma vez que Deus se mostra como a própria Verdade¹⁰.

Submeter-se à *ratio* significa render-se à um diálogo racional e tolerante com uma religião diferente. Não é possível um diálogo com partidários fundamentalistas de uma determinada seita religiosa que se julgam donos da verdade absoluta e que se recusam a refletir sobre seus dogmas.

Um diálogo interreligioso só pode ser produtivo, ou seja, promover crescimento pessoal, se for colocado em prática alguns elementos importantes destacados por Bento XVI, que são: o mostrar-se ao outro e o mútuo conhecimento da religião. Caso contrário, um encontro religioso pode resultar naquilo que afirmou Bento em seu comentário: “o diálogo que não sabe sobre o que dialogar se converte em uma palavra vazia”.

Somente é possível mostrar-se se houver abertura ao diálogo com respeito, a fim de ouvir o discurso da outra religião. Segundo Veiga¹¹, o desejo de conhecer as outras religiões não implica necessariamente na afirmação categórica da falsidade da religião própria, mas apenas a possibilidade de um falso conhecimento dela, ou seja, a existência de algum contraditório no diálogo quase sempre atira o pensamento a fim de conhecer melhor, pelo menos, a própria doutrina.

Pode-se dizer que o diálogo interreligioso para Bento XVI possui três finalidades: 1) conviver com as pessoas das outras religiões; 2) conhecer, de forma absoluta e relativa, os princípios das outras religiões e da própria; 3) e, como consequência, poder mudar, livremente, de sua religião para aquela outra que a pessoa acredite ser a melhor. É nesse

⁸ *Op.cit.*, p. 63.

⁹ *Ibid.*, p. 71.

¹⁰ Cf. *João* 14, 6.

¹¹ *Op.cit.*, p. 70.

sentido que entra a liberdade religiosa. Cada pessoa deve ser livre para fazer a sua escolha, sem qualquer tipo de violência, tanto para mudar a sua religião como para mantê-la, ou até mesmo para se abster de qualquer religião.

3. Liberdade, anarquia e relativismo

Para Bento XVI, o diálogo deve ocorrer para conduzir a humanidade à liberdade. Mas o que é ser livre para Joseph Ratzinger? A respeito desse tema, o papa emérito pensa da mesma forma que grandes filósofos cristãos do período patrístico, como São Máximo e Santo Agostinho. Segundo Bento XVI, Adão [a humanidade] queria ser como Deus para ser completamente livre e realizar a sua liberdade. Para isso, precisaria dizer “não” a Deus. Só assim, o homem pensaria que é finalmente ele mesmo, que teria alcançado o ápice da liberdade. No entanto, o máximo da liberdade é o “sim”, a conformidade com a vontade de Deus. Para Bento XVI, só no “sim” o homem se tornaria realmente ele mesmo; só na grande abertura do “sim”, na unificação da sua vontade com a vontade divina, o homem se tornaria imensamente aberto, “divino”. É como afirmou o Cardeal Newman, citado por Ratzinger¹²: “eu amava meu próprio caminho. Agora Te peço, ilumina-me para Te seguir”.

Para Bento XVI, a origem dos problemas de uma liberdade anárquica, que não respeita a dos demais, e por isso, destrói qualquer autoridade, está nas ideias do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau.

Segundo Bento, a Revolução Francesa, influenciada pelos ideais iluministas, começou com ideias constitucionais democráticas [especialmente por influência de Locke, Kant e Voltaire]. Porém, posteriormente, lançou-se nos caminhos de Rousseau e seu pensamento anárquico de liberdade. Então, os partidários radicais do iluminismo, ao constatarem os limites da democracia, clamaram fortemente pela liberdade total, que não conhece regra alguma, na qual a “lei e ordem” aparecem como opostas à liberdade¹³.

O iluminismo caracteriza-se pela vontade de emancipação, primeiro no sentido do lema de Kant, *sapere aude!* (ouse saber!). Trata-se de que a razão individual deve se libertar de todos os laços de autoridade (religiosa ou política), que precisam submeter-se ao exame crítico. Apenas deve valer o que se pode entender racionalmente. Só a razão é

¹² RATZINGER, Joseph. In BLANCO, 2005, pp. 169 e 170.

¹³ Cf. RATZINGER, 2007, pp. 217 e 219.

soberana, não deve haver nenhuma autoridade fora a razão. Somente o compreensível deve ser levado em consideração.

Entretanto, embora iluministas como Kant e Voltaire buscassem a libertação das autoridades religiosas, eles não rejeitavam a ideia de Deus e tampouco a autoridade de Sua lei, “impressa” naturalmente nos corações humanos. Voltaire, por exemplo, não era ateu, ele defendia um teísmo por intermédio de uma religião natural que deveria ser comum a todas as pessoas, por possuir uma moral universal. O grande problema para Voltaire era a intolerância religiosa, o fanatismo e o comportamento abusivo e inadequado de muitos líderes religiosos.

Essa moral universal, citada por Voltaire, habitaria na profundidade de nossa consciência. É no fundo de nosso coração (alma racional, mente) que temos que procurar uma marca divina e, “se Deus não existe no nosso foro interno, nunca existiu”¹⁴. Deus está na nossa consciência. Kant dirá isso mais tarde, ao expressar que a lei moral é o divino no nosso interior. No *Poema sobre a lei natural*, Voltaire destaca que a forma de conhecer a nossa origem, o nosso fim e o nosso dever é olhar para dentro de nós mesmos, para ouvirmos a voz de uma natureza que nos é comum.

Por outro lado, se formos analisar de que forma Rousseau entende a ideia de “razão”, é possível perceber que, para esse filósofo, não existe nada de inato na mente humana, ou seja, qualquer tipo de conhecimento seria adquirido somente após o nascimento, pela experiência e pela educação. Assim, nem mesmo uma consciência moral poderia ser inata. Esvaziar-se-ia então a ideia de autoridade da razão natural. E se não há uma moral universal, uma verdade objetiva também não poderia existir. Desse modo, abre-se espaço para o relativismo, que é o subjetivismo da verdade, e a pluralidade de religiões “verdadeiras”, pois cada indivíduo se tornaria livre para decidir para si o que é bom e verdadeiro. Para Rousseau, portanto, não deixa de haver uma soberania da mente humana, mas ela se encontra em uma razão subjetiva e não objetiva. Dessa forma, refletindo sobre esse assunto, muitos partidários de Rousseau passam a rejeitar qualquer ideia de autoridade, vinda de políticos, de religiosos, e por fim, também de Deus. Ficaria aberto assim o caminho para a desobediência civil e para o ateísmo.

Para entender um pouco mais dessa divergência entre pensadores iluministas, Bento XVI ressalta que o iluminismo se diferenciou em duas vertentes. De um lado, a corrente anglo-saxônica [representada pelos filósofos inglês John Locke e alemão

¹⁴ VOLTAIRE, *apud* ARAMAYO, 2017, p. 99.

Immanuel Kant. Nela também se inclui o pensador francês Voltaire], mais orientada para o direito natural, que tende para a democracia constitucional como único sistema de liberdade; de outro, o enfoque de Rousseau que tende para uma total negação da soberania da razão natural.

Para a corrente anglo-saxônica, o direito interno é soberano, ou seja, ele é o fundamento, a medida que precede todos os ordenamentos legais. Isto quer dizer que alguns aspectos do direito natural se estabeleceriam antes que o direito civil, porque o homem teria sido criado por Deus (já antes de nascer), com liberdade, razão dotada de consciência moral e direito à vida. É o que afirmava John Locke, o qual, apesar de ser majoritariamente empirista, não deixava de valorizar alguns aspectos naturais do ser humano, que são: a vida, a liberdade, a razão e a consciência. No mesmo sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, de matriz iluminista, faz referência a alguns direitos naturais citados por John Locke. Em seu artigo I diz que os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e são dotados de razão e consciência¹⁵.

Bento XVI¹⁶ lembra que é desse pensamento que procede a ideia dos direitos humanos como a Carta Magna dos movimentos modernos de liberdade, um documento que, possivelmente, foi a influência inicial mais significativa no amplo processo que conduziu à regra de lei constitucional hoje no mundo anglófono.

Quando se fala aqui de natureza, prossegue Ratzinger, isso não significa simplesmente um sistema de processos biológicos. Antes se afirma que o homem, pela própria natureza, possui direitos anteriores a qualquer configuração legal estabelecida após o seu nascimento. A ideia revolucionária de direitos humanos não se levanta apenas contra o absolutismo de Estado ou a arbitrariedade de uma legislação civil. Mas ela é também uma ideia metafísica, ou seja, no próprio ser se encontra uma exigência ética e legal. A natureza traz em si mesma o espírito; constrói por direito a nossa libertação, da qual ela própria é a medida.

Para Rousseau, aquele que representa a segunda corrente do iluminismo, o pensamento é completamente oposto. O seu conceito é antimetafísico, ou seja, não está caracterizado pela ideia do direito natural que seria anterior a todas as leis formuladas pelo direito civil em nossas sociedades. Não existe em Rousseau a ideia de leis naturais “impressas” por Deus na alma racional humana.

¹⁵ Assembleia Geral da ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (217 [III] A). Paris.

¹⁶ RATZINGER, 2007, p. 215.

Segundo Bento XVI¹⁷, algo parecido volta a acontecer em Nietzsche, que contrapõe a embriaguez dionisíaca ao ordenamento apolíneo e, assim, evoca oposições originárias, próprias da história da religião: as regras da razão, representada por Apolo, corrompem a embriaguez livre e ilimitada da natureza.

Para Joseph Ratzinger, essa declaração de guerra contra o espírito (a razão natural) rompeu com o modo democrático de liberdade. O motivo básico do iluminismo, o grito pela liberdade, intensificou-se na sua forma mais radical, estimulando assim os radicalismos políticos socialistas e anarquistas dos séculos XIX e XX. Com isso, o pensamento anárquico de liberdade de Rousseau enveredou – inevitavelmente – para ditaduras sangrentas.

4. Liberdade, verdade e sistemas políticos

O papa emérito lembra que o marxismo segue nessa linha radical: tinha criticado a liberdade democrática como liberdade aparente, e prometeu uma liberdade maior e mais radical. Seu fascínio provinha de que ofereceria uma liberdade maior e mais audaz do que a realizada nas democracias. No entanto, esse projeto fracassou, pois os marxistas, ao priorizarem o direito da comunidade sobre o indivíduo, acabaram por suprimir as liberdades individuais. Prevaleceu assim a utopia da “vontade geral”, do “povo”, preconizada por Rousseau.

Conforme Bento XVI¹⁸, ninguém pode negar que nenhuma das estruturas construídas nos países socialistas, pelas quais se exigiu a renúncia da liberdade, possibilitou de fato a liberdade. Porém, segundo Bento, os intelectuais são cegos quando se trata de suas construções mentais. Por isso continuaram lutando por um sistema cujas promessas eram irrealizáveis. A “verdade” da liberdade indivisível tornou-se uma mentira. E quando isso acontece o todo fracassa. Liberdade sem verdade não é liberdade. Entretanto, Bento XVI não deixa de lado a crítica marxista ao capitalismo, às democracias liberais, ou seja, existe o sentimento de que a democracia não seja ainda a forma certa da liberdade. Ele pergunta: até que ponto são livres as eleições? Até que ponto a vontade é manipulada pelo capital, pelo domínio dos meios de comunicação? Há ou não uma nova oligarquia que determina o que é moderno e progressista e o que uma pessoa esclarecida tem de pensar? Quem pode acreditar que o bem comum constitui fator realmente

¹⁷ *Op.cit.*, p. 216.

¹⁸ *Ibid.*, p. 218,

decisivo? Quem duvidaria do poder de interesses, cujas mãos sujas são cada vez mais visíveis? E mais fundamentalmente: o sistema de maiorias e minorias é realmente um sistema de liberdade? Interesses corporativos de toda espécie não são, a olhos vistos, mais fortes do que a própria representação política no parlamento? Para Bento¹⁹, nesse redemoinho de poderes, emerge de maneira cada vez mais ameaçadora o problema da ingovernabilidade: a vontade de uns se imporem aos outros bloqueia a liberdade do conjunto.

Chegamos assim ao problema da liberdade, não alcançada, na sua totalidade, em nenhum dos dois sistemas: capitalista e socialista. Qual seria então o rumo a seguir? Como já refletido no início deste artigo, para Bento XVI, a liberdade, assim como a tolerância e o diálogo, deve estar relacionada ao conhecimento da Verdade. De forma mais específica, o caminho verdadeiro deve ser a busca por um bom significado para a vida, seja individual ou coletiva. É por isso que Ratzinger em sua obra²⁰, ao criticar o filósofo ateu Jean-Paul Sartre, afirma que uma liberdade sem sentido é o inferno humano. No pensamento sartreano há uma separação radical entre liberdade e verdade. Para Sartre não existe a ideia de Deus, não há nenhuma verdade, o homem não possui natureza alguma, é apenas liberdade. A liberdade não possui nenhuma direção e nenhuma medida. Mas, de acordo com Bento, essa total ausência de verdade e de vínculo moral e metafísico, essa liberdade absoluta e anárquica como determinação do ser do homem se revela, àquele que procura vivê-la, não como a maior elevação da existência, mas como a nulidade da vida, como o vazio absoluto, a definição da condenação. “O homem está condenado a ser livre”, afirmava Sartre. Na extrapolação de uma noção radical de liberdade, que o próprio Sartre experimentou em sua vida, é visível que a libertação da verdade não gera liberdade, mas a suprime. Para Bento XVI, a liberdade anárquica, no seu sentido radical, não redime o homem, mas faz dela uma criatura frustrada, um ser sem sentido.

Quando Ratzinger citou em seu comentário que “uma liberdade que não respeitasse a dos demais e não encontrasse a medida comum de nossas liberdades seria anárquica e destruiria a autoridade”, ele deixa claro o quão é importante a preservação de um ordenamento legal em nossas sociedades. Os extremismos ideológicos (políticos ou religiosos) e as ditaduras devem ser refutados. A lei e a ordem devem ser preservadas para a construção de uma sociedade pacífica, e isso se consegue pela busca de pontos em comum entre pensamentos antagonistas, equilibrando-se as leis do espírito (direito

¹⁹ *Ibid.*, p. 219.

²⁰ *Ibid.*, p. 220.

natural) e as leis sociais (direito civil). Para isso, o respeito, o diálogo e a tolerância são imprescindíveis.

5. Tolerância e multiculturalismo

Chegamos assim a um assunto importante na busca por um diálogo entre culturas diferentes: a tolerância. “Mas uma tolerância que deixasse de saber distinguir o bem do mal seria caótica e autodestrutiva”, diz o papa alemão. Essa afirmação de Bento XVI a respeito do entendimento equivocado da tolerância parece ser uma crítica à ideia de multiculturalismo demonstrada nas relações entre os governantes de estados ocidentais e os imigrantes fundamentalistas.

Sobre esse assunto, Roberto R. Aramayo²¹ faz uma interessante reflexão. Ele pergunta o que significa ser tolerante. Por acaso é sinônimo de mostrar indiferença? Será que equivale a suportar estoicamente quaisquer opiniões ou comportamentos que nos pareçam inaceitáveis, porque talvez se inscrevam em uma escala de valores diferente, mas tão respeitável como a nossa? Devemos tolerar a intolerância? Como podemos justificar o consentimento de coisas consideradas moralmente nefastas? Segundo esse filósofo espanhol, todas essas questões ganharam um inusitado vigor após o exacerbado culto ao multiculturalismo que esteve (ou ainda estaria?) na moda há alguns anos [nas sociedades ocidentais]. A tolerância converteu-se de novo em uma palavra-fetiche que todos reivindicavam para si, embora com fins muito diversos, assim como aconteceu no auge da modernidade e ao longo do Iluminismo europeu.

Essa é uma reflexão muito atual, e também foi feita pelo filósofo político inglês Roger Scruton²². Segundo ele, para nos tornarmos uma sociedade inclusiva, estamos marginalizando, e até mesmo descartando os costumes e as crenças que herdamos, para que assim os recém-chegados possam se sentir em casa, independentemente de qualquer esforço de adaptação ao novo ambiente que os cerca. Segundo Scruton, abdicamos de nossa identidade cultural, desprezamos os nossos valores e as nossas tradições em troca da integração de outros povos. Se realmente isso ocorre, é preciso repensar o verdadeiro significado das palavras “multiculturalismo” e “tolerância”. Tolerar não significa abdicar da tradição cultural da própria nação, para dar maior importância aos valores de um povo estrangeiro.

²¹ 2017, p. 126.

²² 2015, p. 129.

No seu *Dicionário Filosófico*, a respeito do mal entendimento da tolerância, Voltaire se pergunta se a tolerância poderia provocar um dano tão grande como a intolerância. Creio que isso depende muito da forma como as autoridades políticas consideram uma cultura estrangeira. Se forem permissivas demais, leis religiosas fundamentalistas podem ser implementadas em seus próprios países, e, posteriormente, até mesmo teocracias radicais podem ser instauradas, causando perseguição cultural e religiosa, além de violência proporcionada por terrorismo.

Para que isso não ocorra, torna-se necessário repensar a ideia de “multiculturalismo”. Em uma sociedade multicultural é preciso instaurar um programa de “interculturalismo” que incentive o convívio entre culturas diferentes. Segundo Fátima Freitas²³, “multiculturalismo seria a possibilidade de convivência das diferentes culturas e suas respectivas formas de organização dentro de uma mesma sociedade”. Contudo, conviver com outros povos não significa necessariamente interagir. Eis aí o problema de um ambiente multicultural que não se apresenta necessariamente em um espaço intercultural. Em muitas ocasiões, os indivíduos de uma determinada cultura majoritária, ao agirem de forma discriminatória, não buscam a interação com os diferentes. Porém, o contrário também acontece: povos minoritários, de culturas distintas, isolam-se da sociedade dominante. Com isso, não há uma inclusão social dos estrangeiros.

De acordo com Freitas²⁴, para que haja um interculturalismo é preciso incentivar o diálogo e a troca de aprendizado entre duas ou mais culturas, estimulando o respeito ao diferente. Assim, de acordo com a autora, atitudes como o reconhecimento das diferenças, a consideração pela complexidade dos distintos universos culturais, levando em consideração o que o outro tem a contribuir, e a busca por soluções possíveis a partir de atitudes coletivas, são excelentes meios para o sucesso da implementação de uma melhor inclusão social.

Ao pensar nessas condições para a instauração de uma verdadeira sociedade multicultural, Freitas²⁵ entende que o multiculturalismo, por definição, não é tarefa fácil para nenhum Estado Nacional, governo ou projeto educacional, e isso seria um dos desafios da atualidade e da convivência com os diferentes. Porém, creio que, mesmo assim, é preciso lutar pela realização desse projeto, para que uma sociedade possa ser inclusiva sem desvalorizar o seu ordenamento legal, baseado na Verdade. Caso contrário,

²³ 2012, p. 87.

²⁴ *Op.cit.*, pp. 82 e 94.

²⁵ *Ibid.*, p. 87.

uma nação corre o risco de ser dominada pela intolerância, e conseqüentemente pelo caos e pela autodestruição.

Considerações finais

Nesse período tão difícil de isolamento social em que vivemos, causado pela pandemia do novo coronavírus, estamos passando por grandes males sociais, entre os quais a depressão, o desentendimento familiar e o desemprego.

Os grandes sábios religiosos afirmam que podemos tirar do mal um bem maior. É o que procuram nos ensinar as grandes personalidades cristãs e também um grande sábio oriental, Dalai Lama²⁶, líder budista do Tibete, quando afirma que é preciso tratar um inimigo com reverência e considerá-lo com um grande mestre, pois a presença de inimigos é a condição necessária para a prática da paciência e da tolerância, qualidades fundamentais para o exercício do diálogo.

Nessa linha de raciocínio, as dificuldades interpessoais causadas por uma reclusão forçada se apresentam como uma rara oportunidade para praticarmos a tolerância e o diálogo, por meio do aperfeiçoamento do mútuo conhecimento, de acordo com o ensinamento básico de Bento XVI, que é a capacidade de ouvir com respeito o discurso do outro.

Os estados de apatia e depressão, muito frequentes em um ambiente pandêmico, também podem nos dar a chance de meditar sobre outro tema tratado por Ratzinger em sua reflexão, além da tolerância e do diálogo, que é o significado real de liberdade, uma capacidade indissociável do bom uso do nosso livre-arbítrio, da noção de Verdade e dos propósitos de vida, haja vista que, segundo Bento XVI não pode haver liberdade sem Verdade e tampouco sem sentido existencial. Já no caso do livre-arbítrio, é preciso dar um bom direcionamento à nossa vontade, a qual, em se tratando das infecções causadas pelo Sars Cov 2, tem relação direta com a preservação ambiental. Sendo assim, não se pode tratar a pandemia do novo coronavírus como uma espécie de castigo divino, mas sim como resultado do mau uso do livre-arbítrio da vontade humana que proporciona a destruição dos ecossistemas e conseqüentemente um desequilíbrio ambiental.

²⁶ DALAI LAMA, 2014, p. 202.

Referências

- ARAMAYO, R. R. *Voltaire. A ironia contra o fanatismo*. Trad: Filipa Velosa. São Paulo: Salvat, 2017.
- _____. *Rousseau – E a política fez o homem (tal como ele é)*. Trad: Filipa Velosa. São Paulo: Salvat: 2017.
- BLANCO, *Joseph Ratzinger*. São Paulo: Quadrante, 2005.
- BRACHTENDORF, J. *Confissões de Agostinho*. Trad: Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2008.
- DALAI LAMA; CUTLER, H. C. *A arte da felicidade. Um manual para a vida*. Trad. Waldéa Barcelos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FRANKL, V. E. *Em busca de sentido*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREITAS, F. S. *A Diversidade Cultural como Prática na Educação*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- _____. *Textos seletos*. Trad: Raimundo Vier, Floriana de Sousa Fernandes e Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis; Vozes, 1974.
- MAGEE, B. *História da filosofia*. Trad: Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 2011.
- MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MORESCHINI, C. *História da filosofia patrística*. Trad: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2008.
- RATZINGER, J. *Fé, verdade, tolerância*. O cristianismo e as grandes religiões do mundo. Trad: Sivar Hoepner Ferreira. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciências “Raimundo Lúlio”, 2007.
- SCRUTON, R. *Como ser um conservador*. Trad: Bruno Garschagen. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica I*. São Paulo: Loyola. 2ª. ed. 2001.
- VEIGA, V. *É impossível o diálogo interreligioso? O pensamento de Bento XVI e a visão de Raimundo Lúlio sobre o diálogo interreligioso*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2008.

Recebido em: 27/10/2020
Aprovado em: 02/12/2020